

## CARTA DE BELO HORIZONTE\*

### I. O DIREITO À EDUCAÇÃO FÍSICA

#### CONSIDERANDO-SE:

- que o acesso à educação física não tem sido possibilitado a todos os brasileiros, devido à estrutura social do país, a fatores econômicos, culturais e, ainda, a aspectos metodológicos da própria educação física,

#### SUGERE-SE:

- uma ação política em geral e educacional em particular, para desenvolver a consciência crítica da população quanto aos seus direitos em relação à educação física.

### II. EDUCAÇÃO FÍSICA, EDUCAÇÃO E CULTURA

#### CONSIDERANDO-SE:

- que, historicamente, sempre houve, no Brasil, um descompasso entre o processo educacional e o cultural, também evidenciado na educação física;
- que a educação física brasileira tem-se caracterizado, no seu processo histórico, pelo autoritarismo e conservadorismo de seus conteúdos e de suas estruturas;
- que a educação física brasileira constitui área cultural caracterizada predominantemente por:

---

\* Nesta carta foram feitas revisão e padronização segundo as normas da revista.

- manter-se afastada de nossas raízes culturais nacionais e das peculiaridades da cultura regional;
- manter-se também isolada das outras áreas de conhecimento e da cultura;
- sofrer as conseqüências provenientes do seu próprio isolamento;
- submeter-se a uma manifesta situação de dependência cultural,

SUGERE-SE:

- que a educação física, no Brasil, na busca de sua identidade cultural, ultrapasse o atual estado de alienação, falta de autenticidade e autoritarismo, e se apresente como fenômeno social de marcante universalidade, passando a constituir um segmento essencial da educação, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral de indivíduos autônomos, democráticos, críticos e participantes;
- que a educação física brasileira, desenvolvida em âmbito formal e informal, atenda a todos, sem discriminação, integrando-se ao esforço geral de uma educação e cultura comprometidas com a transformação social e com a construção de uma nova sociedade.

### III. EDUCAÇÃO FÍSICA E A ÉTICA PROFISSIONAL

CONSIDERANDO-SE:

- que existem conflitos nas diferentes relações entre sociedade/estado/categorias profissionais/profissionais, causados pelo descompasso entre os valores proclamados e os valores e a moral não declarada da sociedade;
- que inexistem, na educação física brasileira, um código de ética profissional,

SUGERE-SE:

- que todas as ações e relações entre os profissionais da educação física brasileira, e desses profissionais com a sociedade, na prestação de serviços, tenham como referência a ética;
- que se criem meios para debate e reflexão dos profissionais de educação física entre si e com a sociedade, para o desenvolvimento de um código de ética profissional de educação física.

### IV. EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO

CONSIDERANDO-SE:

- que muitas ideologias marcaram o processo educacional e, em consequência disso, a educação física nele inserida também foi atingida por essas influências;

- que o direcionamento cultural da educação física, expresso pelo conjunto de valores, símbolos e conteúdos, esteve sempre historicamente relacionado com os interesses e ideologias dos grupos dominantes instalados no poder;
- que, na perspectiva da manutenção dos valores dominantes na educação física, o Estado vem atuando, no sentido da conservação de sua hegemonia e do fortalecimento do sistema, reduzindo os espaços político-culturais;
- que o Estado, ao impor à educação física um sistema que tende a reproduzir o momento histórico, contraria as aspirações da sociedade;
- que o Estado, por meio de seus diferentes níveis e órgãos, visa ao seu fortalecimento burocrático interno e à divulgação das suas realizações, protegendo-se das críticas por meio de ações simuladas, ao mesmo tempo em que enfraquece a educação física orientada para a sociedade;
- que a educação física pode constituir, muitas vezes, uma violência simbólica, quando usada como dissimuladora das desigualdades sociais,

SUGERE-SE:

- que, na educação física brasileira, comprometida com o processo de transformação social, haja coerência entre a ação e a ideologia do Estado, compartilhando decisões e se orientando para o fornecimento dos meios;
- que os recursos dos poderes públicos (em níveis federal, estadual e municipal) sejam prioritariamente investidos na melhoria da educação física na escola pública, gratuita, para que esta desempenhe seu papel democratizador da cultura e do saber acumulados pela própria sociedade;
- que, em complementação ao esforço educacional, seja incentivada a mobilização da comunidade para a prática da educação física e para a aplicação de seus recursos na infra-estrutura urbana de parques e de outras instalações, a serem utilizadas, pela população em geral, nessa prática.

## V. EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO

CONSIDERANDO-SE:

- que o ensino da educação física não atende, no momento atual, às reais necessidades da ação docente, em função do descompasso entre esse ensino e o desenvolvimento acelerado da eletrônica, da biologia, da ge-

nética, das ciências aplicadas e de outras áreas do conhecimento técnico-científico;

- que a didática, na educação física, é predominantemente condicionante, por influência de modelos que impedem a criatividade do ser humano,

SUGERE-SE:

- que seja feita, pelos professores de educação física, uma análise crítica de sua prática docente, buscando, dessa forma, encontrar caminhos que mais se adaptem ao contexto atual;
- que o ensino de educação física se fundamente em uma didática repensada e recolocada numa perspectiva de transformação social, com um corpo teórico constantemente construído a partir de resultados de pesquisas e reflexões sobre a prática pedagógica na escola, no trabalho e no lazer, integrando as dimensões humana, técnica e político-social.

## VI. O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

CONSIDERANDO-SE:

- que o poder decisório e os cargos de chefia, na educação física brasileira, têm sido entregues, cada vez mais, a pessoas sem formação universitária em educação física (militares, médicos, advogados, políticos, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos etc.);
- que, nas atividades de ensino da educação física, há uma intromissão de leigos remunerados por poderes públicos (em nível federal, estadual e municipal) e por entidades particulares;
- que a legislação permite, a determinadas categorias profissionais (militares, ex-atletas etc.) a atuação na educação física,

SUGERE-SE:

- que o planejamento, a administração, o controle e o ensino da educação física caibam a profissionais, que sejam professores egressos de uma formação universitária, em níveis de licenciatura plena;
- que, em atividades comunitárias não formais, o voluntariado seja considerado o elo fundamental dos diversos relacionamentos institucionais e operacionais, desde que não haja qualquer remuneração, o que será considerado uma intromissão ilegal em atividades profissionais privativas do professor de educação física;
- que seja revista a legislação referente ao exercício profissional do professor de educação física, no sentido de assegurar-lhe os seus direitos e

coibir a invasão da profissão por categorias profissionais não habilitadas em educação física, possuindo ou não formação em nível superior.

## VII. FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### CONSIDERANDO-SE:

- que há uma proliferação indiscriminada de cursos de educação física e uma mercantilização do seu ensino, o que compromete a qualidade da formação profissional;
- que existem, na legislação, dispositivos que permitem uma formação inadequada à realidade atual, deturpando-se, assim, o exercício da profissão de professor de educação física (escolas militares, cursos em nível de 2º grau, licenciatura curta e programas de treinamento para leigos);
- que a exigência de um currículo mínimo – fruto do autoritarismo e intervencionismo do Estado na educação – tem-se revelado inibidor da qualidade dos cursos de formação, estimulando a fraude e a simulação;
- que os atuais currículos das escolas superiores de educação física estão defasados em relação às novas exigências da sociedade, que determinam um novo perfil para o professor de educação física;
- que esse novo professor de educação física deve apresentar condições de atuar nas novas demandas do mercado de trabalho, em empresas privadas, organismos públicos e entidades comunitárias, utilizando metodologias adequadas, que atendam à especificidade dos diversos campos de atuação, como a recreação, a dança, a desporto, a ginástica e outros;
- que a necessidade de permanente atualização e aperfeiçoamento de professores, após sua formação escolar, é imperativa,

### SUGERE-SE:

- que haja uma preocupação com a qualidade do ensino, por parte das instituições formadoras do professor de educação física;
- que as associações de classe assumam sua responsabilidade no acompanhamento dessa formação profissional;
- que as universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, responsáveis exclusivos pela formação do professor de educação física, sempre no nível de licenciatura plena, tenham autonomia para elaborar seus próprios currículos;
- que se objetive, na formação de professores de educação física, um profissional generalista, com possibilidade de acesso à especialização, com

uma consciência ética e democrática e a necessária competência técnica para atuar em sistemas formais e não formais, interpretando a realidade em que atuará e comprometendo-se com a construção de um novo modelo de sociedade;

- que sejam criados mecanismos para o controle da qualidade de programas de atualização, especialmente aqueles desvinculados da universidade e com finalidade exclusivamente lucrativa.

#### VIII. MOBILIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CONSIDERANDO-SE:

- que foi bastante longo o período em que grandes contingentes de profissionais estiveram alheios à participação na solução dos problemas da classe;
- que os profissionais não estão organizados para a reivindicação dos seus direitos,

SUGERE-SE:

- que se promova ampla e permanente mobilização de professores e alunos em torno das associações de professores de educação física (APEFs), sindicatos, representações estudantis e outras formas de associativismo.

#### IX. PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CONSIDERANDO-SE:

- que a pós-graduação – *stricto sensu* e *lato sensu* – é fundamental ao processo de melhoria qualitativa dos recursos humanos para a educação física e para o desenvolvimento da pesquisa;
- que existe o risco de se ver repetir, em nível de pós-graduação, o ocorrido em nível de graduação, com proliferação indiscriminada de cursos que, sob falso pretexto de uma democratização do acesso ao ensino superior, comprometem a qualidade de ensino nesse nível;
- que os mecanismos de avaliação dos cursos, na sua maioria, limitam-se aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- que os poderes públicos vêm investindo, cada vez menos, nos cursos de pós-graduação já existentes;
- que a atual legislação inibe e restringe a autonomia das instituições de ensino superior no desenvolvimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu*,

SUGERE-SE:

- que haja uma preocupação crescente com a qualidade dos cursos de pós-graduação;
- que seja estimulada a pós-graduação *lato sensu* (especialização);
- que seja aprimorado o sistema de avaliação no nível *stricto sensu* e implantado um sistema de avaliação no nível *lato sensu*;
- que sejam alocados maiores recursos à pós-graduação para infra-estrutura, recursos humanos, bolsas etc.;
- que seja revista a legislação da pós-graduação *lato sensu*, vinculando a exigência de criação do curso à existência de recursos humanos qualificados, produção científica e infra-estrutura da instituição proponente;
- que a implantação de cursos de doutorado em educação física, no Brasil, apenas se inicie após a consolidação dos cursos de mestrado.

#### X. PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CONSIDERANDO-SE:

- que a investigação científica no campo da educação física, no Brasil, apresenta-se ainda incipiente;
- que a maior parte da política de pesquisa em educação física não tem recebido atenção dos poderes públicos;
- que a constante redução dos recursos destinados à pesquisa na área das ciências da educação e, conseqüentemente, na educação física, denota o descaso dos poderes públicos para com o homem e a sociedade;
- que existe uma tendência à concentração da pesquisa, na área da educação física, nos estudos biomédicos, em detrimento dos outros campos de conhecimento da área,

SUGERE-SE:

- que seja enfatizada a formação do pesquisador nas instituições de ensino superior em educação física;
- que os poderes públicos dêem atenção ao documento "Política da Pesquisa em Educação Física", e reconheçam a importância da pesquisa como fator decisivo no progresso da educação física;
- que os poderes públicos aloquem mais recursos para a pesquisa, uma vez que esta é fundamental para a evolução da educação física como ciência da educação;

- que seja ouvida a comunidade científica quando das decisões referentes à política acerca da educação física;
- que seja respeitada a liberdade do pesquisador de escolher temas e realizar investigações, resguardando os limites da ética.

## XI. INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

### CONSIDERANDO-SE:

- que o progresso científico e a atual sociedade de massa em que vivemos exigem um aumento crescente dos mecanismos de informação e documentação;
- que a educação física brasileira tem, como um dos fatores de desaceleração, justamente o atraso no setor de informação e documentação;
- que a dimensão geográfica do nosso país e os diferentes estágios de desenvolvimento da educação física nas regiões exigem uma melhoria substancial no sistema de informações e documentação,

### SUGERE-SE:

- que a coleta, o tratamento, o armazenamento e a difusão da informação e da documentação, indispensáveis à formação da identidade da educação física brasileira, a sua transformação e desenvolvimento mereçam, dos poderes públicos (nos níveis federal, estadual e municipal) e das entidades privadas, especial atenção em termos de apoio e investimento.

## XII. EDUCAÇÃO FÍSICA E A INICIATIVA PRIVADA

### CONSIDERANDO-SE:

- que tem havido uma crescente participação da empresa privada em segmentos da educação física, por meio de produtos, serviços e exploração publicitária;
- que esses investimentos, em princípio, são propostos com finalidade lucrativa, a partir do exclusivo interesse das empresas,

### SUGERE-SE:

- que sejam criados e dinamizados mecanismos de auto-regulação publicitária, com inclusão ou acompanhamento de organismos de classe da educação física e sindicatos, para equilibrar os interesses das empresas privadas com a necessária finalidade educativa e social desses investimentos.

### XIII. COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

#### CONSIDERANDO-SE:

- que o avanço da tecnologia já não permite o isolamento de qualquer nação em relação aos centros que tenham atingido estágios científicos mais avançados;
- que todos os documentos filosóficos promulgados pela Unesco e pelos organismos internacionais da educação física preconizam a cooperação e o intercâmbio internacionais,

#### SUGERE-SE:

- que a cooperação e o intercâmbio internacionais, no campo da educação física, são fundamentais para a paz e a amizade entre os povos, evitando-se aprofundar o desnível existente entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos e manter as dependências cultural, social, política e econômica, atualmente existentes.